

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA**Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:**Adriana Martins**

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygserver

Pablo Murilo Araújo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agronômico de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas Promoção de Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	JUSTIFICATIVA	7
3.	ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA	8
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4.	METODOLOGIA.....	12
4.1.	Fase de Instrumentação	13
4.1.1.	Público-Alvo	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados	15
4.2.	Fase de Interpretação das Informações	16
5.	ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	18
6.	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZ DOS RIACHOS	20
6.1.	Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico ..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	23
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social	25
6.2.1.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Social.....	26
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4.	Pesquisa Socioeconômica	27
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade	27
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica	37
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo	40
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção	40
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica.....	40
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
8.	REFERÊNCIAS	43
9.	ANEXOS	45



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental é ampliar o autoconhecimento das comunidades sobre as potencialidades e problemas locais e sua relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas durante um diagnóstico são implicadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm no diagnóstico, a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale lembrar, ainda, que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, por essa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e as identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais, cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



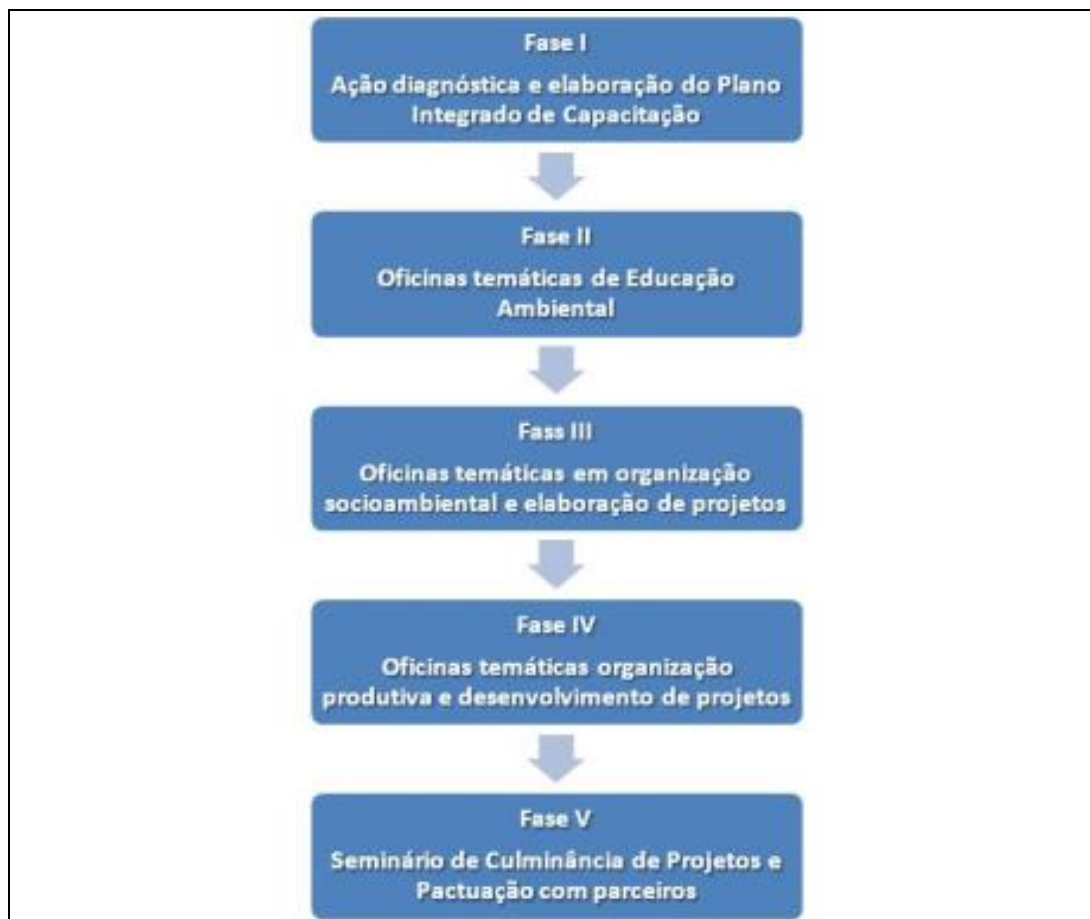
4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovido a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo deste processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social, que tem como principal produto os mapas sociais, visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.



4.1.1. Público-Alvo

Comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional que exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local e, ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.



4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade visando à confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia destas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômico e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a estas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.



Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Cruz dos Riachos, localizada no município de Cabrobó, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZ DOS RIACHOS

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Cruz dos Riachos propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e



seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Cruz dos Riachos:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Cruz dos Riachos.

NOSSAS ÁGUAS e USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Açude, barragem, cisternas e lagoas.</i>	<i>No plantio agrícola, na criação de animais, o dia a dia, banho, lavar roupas e etc.</i>	<i>Na criação de peixes, no abastecimento de água, água insuficiente para criação dos animais, para plantação e para o dia a dia, quando seca a barragem e o açude, o carro pipa não chega morre os animais e os peixes, na lavagem de roupas, o trabalho e o dinheiro para comprar água e o banho.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto, agrotóxicos em lugares inapropriados, lixo na beira do riacho, lixo na beira do açude, lixos soltos, lixo sendo queimado; lixo em lugares inapropriados.</i>	<i>O mau cheiro e doenças, a intoxicação, cria mosquitos que neles podem vir doenças para nossa saúde, prejudica o meio ambiente, doenças respiratórias e mal estar, bactérias nas criações e outros e água contaminada.</i>	<i>Causa poluição no meio ambiente, ruim para os peixes, animais e pessoas; falta de reciclagem; os açudes ficam enterrados; nas plantações; e o crescimento das crianças.</i>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Agente de saúde, boa alimentação, a função básica como prevenção, pré-natal, planejamento família, água para agricultura, cisterna (água tratada), a forma de organização da comunidade, alguma casa com falhas, cobertura vacinal para crianças, barbeiro, lixo a céu aberto e queima do lixo.</i>	<i>A ligação entre a comunidade e o serviço de saúde, a enfermeira atende na comunidade de dois em dois mês, surgiu mais trabalho, diminuiu a distância, produções de alimentos, água mais próxima, mais conhecimento e resgate, valorização da cultura, aproximação das pessoas, a diminuição de verminoses e a comunidade limpa.</i>	<i>O número de atendimento médico é pequeno, falta de remédio na comunidade, falta de carro para deslocamento de paciente da comunidade, falta de um posto de saúde na comunidade, projeto substituição das casas ser concluído, demora no projeto dos banheiros, falta profissional para a cobertura vacinal contra raiva canina, falta profissional para borrfifar as casas e poluição do meio ambiente.</i>

NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Árvores, casas, animais, plantações, pessoa, água, rio, peixes e terra.</p>	<p>Na proteção do solo, na alimentação dos animais e das pessoas, no meio de trabalho das pessoas que vivem do trabalho rural, na criação de animais, na melhoria das moradias, no trabalho agrícola, na plantação de várias árvores principalmente nas áreas desmatadas e na beira dos riachos e dos rios.</p>	<p>A exploração das árvores com o corte integral, as queimadas, a extensão dos animais, o desmatamento causando um grande impacto no meio ambiente principalmente nos açudes e barragens, na criação dos animais devido ao número de cercas, a falta de conscientização das pessoas para cuidar do solo e das árvores, em manter o meio ambiente limpo, armazenamento das embalagens dos agrotóxicos em ambiente inadequado.</p>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Catequese, escola, professores, transporte escolar, danças tradicionais, os novenários, missa uma vez por semana, o terço dos homens e agente de saúde.</p>	<p>A escola na comunidade, as professoras, a comunicação, transportes, administração, telefones, carros para transportar os alunos.</p>	<p>Falta de transporte, falta de conhecimento, falta de condições, uma quadra de esporte, falta de lazer, posto de saúde, falta de compromisso, falta de escola ampliada, falta de espaço para reuniões e falta de professor para ensinar capoeira.</p>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Telefone, rádio, televisão, reuniões, recados, cartas, carro e moto.</p>	<p>Radio facilita a informação, a televisão ajuda, a saber, das coisas que passam no mundo, as reuniões trazem informações, recado aproxima as pessoas, projeto de centro de inclusão digital, carro para levar as pessoas doentes ao hospital, se comunica um com o outro e trabalhar juntos.</p>	<p>O telefone quando falta área ou bateria, rádio quando faltam pilhas, falta de energia, distância das casas, falta de conhecimento, falta de reunião, falta de transporte próprio da comunidade e quando não tem transporte vamos para pista.</p>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>IPA, conselho D. R, terço dos homens, a associação, fundação cultural palmares, ação social, sindicato dos trabalhadores rurais, prefeitura, secretaria de educação, terço das famílias, INCRA e o Ministério da Integração.</p>	<p>Assistência técnica com fornecimento de sementes, informação, conhecimento e projetos, assistência nas atividades da comunidade, a organização da comunidade; bolsa família, cisternas auxílio para os trabalhadores, transporte escolar; comunicação com a secretaria, união com participação, informação e construção/substituição de casas de taipa para alvenaria.</p>	<p>Transporte: tempo, técnico; locomoção: tempo das reuniões; disponibilidade: falta de homens da comunidade; união e participação, participação dos sócios, sua ausência na comunidade, ausência de programas sociais, burocracia para adquirir bens, o contato com projetos e órgãos, formação específica para quilombola, o frio: nas atividades do sábado; assistência: demora na regularização do território e conclusão de projetos.</p>



NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
Plantio de cebola, artesanato, melancia, barragem, tomate, motor, trator e pesca.	Trabalho para as pessoas, o material, alimento para as pessoas (feijão, milho, arroz), água, fabricação de estradas, para irrigar e aração das terras.	Água, o acesso, o tempo, falta de transporte para transporte de agrotóxicos, carro pipa, falta de terra, não tem dinheiro para investir, encanações e quando as barragens estão secas falta trabalho para as pessoas.

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Esse tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

Na comunidade Cruz dos Riachos as famílias utilizam pequenos açudes, a barragem João Paulino Gomes, cisternas e lagoas que se forma no riacho em algumas épocas do ano. Em períodos mais extensos de estiagem, os moradores também recorrem a carros pipa.

Nosso Lixo

Existe uma grande quantidade de resíduos espalhados nos quintais, nas margens do riacho e dos açudes. Os moradores também relatam a presença de embalagens de agrotóxicos espalhadas, a queima indiscriminada e o risco de doenças que podem ser causadas por este impacto. A comunidade não é atendida pelo serviço de coleta por parte da Prefeitura Municipal de Cabrobó - PE. A ausência de gestão dos resíduos sólidos se configura em um dos principais problemas da comunidade Cruz dos Riachos.



Nossa Saúde

Existe na comunidade agente comunitário de saúde, o que facilita o atendimento em relação à atenção básica. Porém, os moradores relatam que é necessária a visita de mais profissionais como médicos e enfermeiros, e com mais frequência. Reivindicam também a instalação de um posto de saúde no local e uma ambulância para transporte dos pacientes até a zona urbana do município.

Nosso Meio Ambiente

As queimadas e o desmatamento indiscriminados ainda preocupam os moradores mais conscientes da comunidade. A poda integral de árvores, chamada de 'broca', o armazenamento indevido de embalagens de agrotóxicos e o manejo inadequado do solo são as práticas mais comuns, ainda muito frequentes segundo os moradores. Às margens do riacho, impactos como processos erosivos, assoreamento e acúmulo de resíduos tóxicos são percebidos mais claramente, por ameaçarem o principal recurso natural da comunidade.

Nossa Educação e Cultura

Em Cruz dos Riachos há uma escola, a Escola Municipal Manoel Joaquim de Moraes, que oferece aos alunos os ensinamentos infantil e fundamental I. Após esse período, para dar continuidade aos estudos, os estudantes deslocam-se até a sede municipal. Na escola existem merendeiras e professoras da própria comunidade.

Nossa Comunicação

Os métodos mais tradicionais de comunicação são os mais utilizados, como rádio, a televisão, bilhetes, e recados entre os moradores. As reuniões da associação e da igreja são consideradas aliadas no desenvolvimento da educação local. Os moradores apontam a necessidade de instalação de um centro de inclusão digital na comunidade.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Como movimentos sociais e parcerias presentes, são citados o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); o Conselho de Desenvolvimento Rural; a Fundação Cultural Palmares (FCP); o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabrobó; a Secretaria Municipal de Educação de Cabrobó - PE; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Ministério da Integração Nacional (MI); os grupos religiosos locais, como o Terço dos Homens e o Terço das Famílias; e a Associação Quilombola da Cruz dos Riachos (AQCR).



Nossos Arranjos Produtivos

A agricultura familiar, a criação de animais e o artesanato representam o sustento de todas as famílias em Cruz dos Riachos. Há predomínio do cultivo de milho e feijão para subsistência, mas a monocultura da cebola, característica regional, também é destacada pelos moradores. A produção sazonal de melancia e o plantio de frutíferas nos quintais também foram citados como fontes alternativas de renda e alimento.

A seguir, imagens representando a comunidade:



Foto 01. Ruína da casa da primeira moradora da comunidade, dona Alexandrina.



Foto 02. Barragem João Paulino Gomes, durante período severo de estiagem.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Nos mapas sociais elaborados em Cruz dos Riachos foram destacadas, principalmente, as estruturas sociais existentes. A escola, a capela, as novas casas construídas pela FUNASA, comunidades vizinhas, além dos riachos Grande e Ouricuri e a rodovia estadual que passa próxima à comunidade foram representados em desenhos. Foram expressas, também, no mapa, as estruturas que a comunidade necessita, como adutoras de abastecimento de água, açudes e áreas agrícolas irrigadas.



A seguir, o mapa elaborado durante a Oficina de Mapeamento Social:

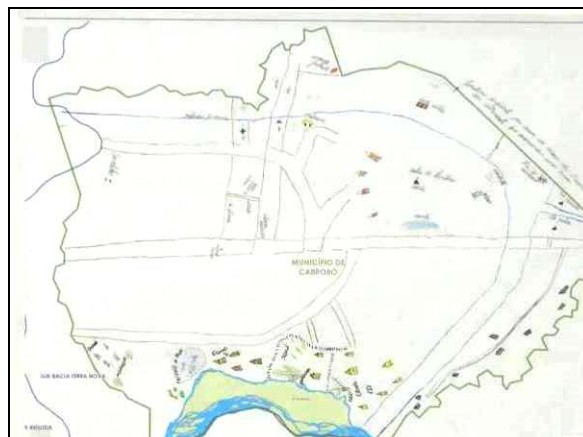


Foto 03. Mapa social elaborado pela comunidade de Cruz dos Riachos.

6.2.1. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Social

Os mapas elaborados em Cruz dos Riachos são similares, priorizando as estruturas sociais e áreas agrícolas. Os elementos apontados pelos comunitários expressam essencialmente questões históricas e geográficas associadas aos seus modos de vida voltados à agricultura de subsistência. A história de vida desta comunidade está diretamente ligada à condição de se localizarem em um território dividido por dois riachos, o riacho Grande e o riacho Ouricuri. Este fato, além de dar nome à comunidade, serviu de fator limitante durante seu período de formação, fragmentando a comunidade em dois ou mais grupos. Estruturas sociais inexistentes, porém necessárias, também foram destacadas nos mapas, como adutoras de água para abastecimento da comunidade e uma sede para a associação local.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e, assim, eliminando uma possível fragilidade desse tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de



alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. O grupo presente optou por suprimir as oficinas de apicultura e agricultura orgânica, pois alegam não haver viabilidade para a produção. A proposta de capacitações do Plano foi validada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico; e
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Cruz dos Riachos está localizada no município de Cabrobó, estado de Pernambuco, distando 10 (dez) quilômetros do centro urbano, às margens da rodovia federal BR-428. O acesso à comunidade se dá por uma estrada não pavimentada



de aproximadamente 1 (um) quilômetro. A seguir, imagem representativa de Cruz dos Riachos:



Foto 04. Umbuzeiro do 'Pai Velho', símbolo da comunidade Cruz dos Riachos.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), a região de Cruz dos Riachos era conhecida pelo nome de Zumbi, por estar em uma região que possui a crença em um ser mitológico que se movimenta entre o mundo visível e o invisível, habitando as terras de Cruz dos Riachos, dando fortes assobios e algumas vezes surrando quem não é do lugar.

A história dessa comunidade está diretamente ligada à condição da localidade estar em um território dividido por dois riachos, fator limitante durante seu período de formação, fragmentando a comunidade em dois ou mais grupos.

Aqui se chama Cruz dos Riachos porque tem o cruzamento dos dois rios, Riacho Grande e Ouricuri, mas antes aqui se chamava Zumbi. Era o antigo nome por causa de uma lenda que existia aqui. A gente não sabe da história direito não, mas dizem que ele morava aqui. A nossa história aqui começa com a chegada de Manoel Joaquim de Moraes, mais ou menos em 1907. (Moradores de Cruz dos Riachos).

A origem foi por volta do ano de 1832, com a história da família de “Morais” que saiu de suas terras para fugir da seca e chegou a uma fazenda com fome e sede. Essa família tinha um filho chamado Manoel Joaquim de Moraes, que chegara à fazenda, cansado e abatido, então resolveram deixar o menino com o dono da fazenda. Quando adulto Manoel Joaquim de Moraes, conhecido por Mané Preto, foi para a “região de Zumbi”, lugar despovoado onde construiu a primeira casa perto de um umbuzeiro nomeado por Umbuzeiro do Pai Velho. A partir de então o lugar passou a se chamar Cruz dos Riachos. Na região, cada umbuzeiro nomeado é considerado um documento que comprova o território quilombola e também o tempo de permanência das pessoas e dos antepassados naquele local. Outra maneira de determinar a ocupação do território, são os marcos de pedra implantados no chão como um documento de posse (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008). Dizem que:



“Antigamente o marco era muito conhecido: o cabra chega fazia um buraco no chão, pega uma pedra grande e coloca no meio e a gente entende que a do meio é o dono, bota outras duas de lado, as duas de banda sendo as duas testemunhas”. (Moradores de Cruz dos Riachos)

Sabe-se que essas terras vêm sendo invadidas por posseiros, mas que algumas famílias da região lutam pelos direitos dos povos quilombolas. Entretanto, existem famílias que não aceitam a condição de território coletivo e por esse motivo não desejam se autodenominar quilombolas.

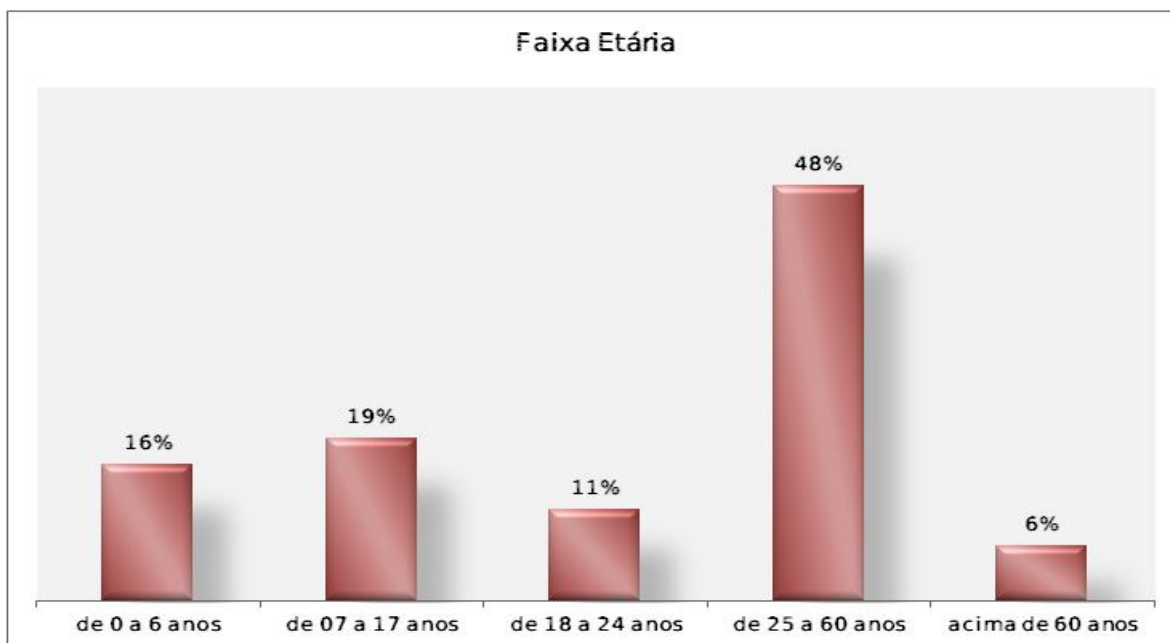
Antigamente, segundo os moradores, era comum o ato de compartilhar a mesma residência, as famílias eram maiores e os filhos solteiros e/ou casados viviam nas casas dos pais. Hoje, quando o filho constitui sua família, logo se organiza para construir sua casa própria na cidade.

População

Atualmente, a comunidade é composta por aproximadamente 122 (cento e vinte e dois) moradores distribuídos em 33 (trinta e três) famílias. A maioria possui casa própria, e apenas quatro famílias dividem o mesmo espaço, sendo 02 (duas) famílias por domicílio.

A faixa etária da população é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Cruz dos Riachos.



Educação

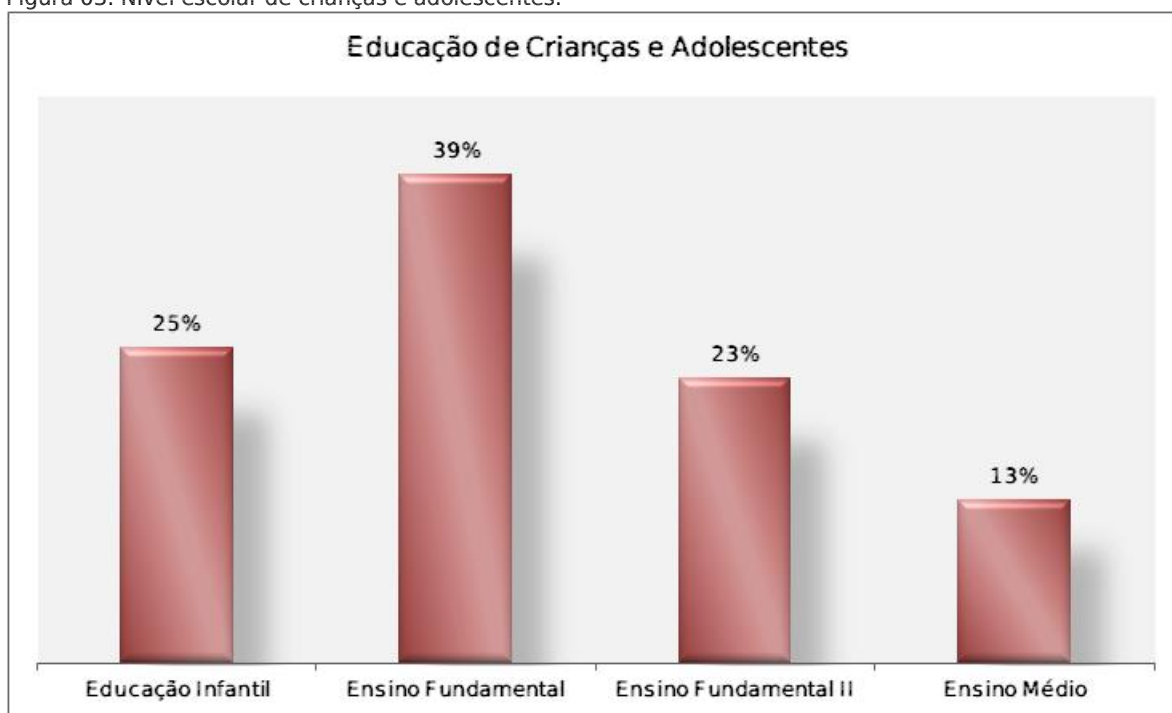
A comunidade possui uma Escola Municipal Manoel Joaquim de Moraes. A escola oferece educação infantil e o ensino fundamental I (1º ao 4º ano), e dispõe de 01 (uma) merendeira e 02 (duas) professoras da comunidade. Vale destacar que o fato dos



professores pertencerem à comunidade fortalece e valoriza sua origem e cultura, bem como os saberes adquiridos e repassados de geração em geração.

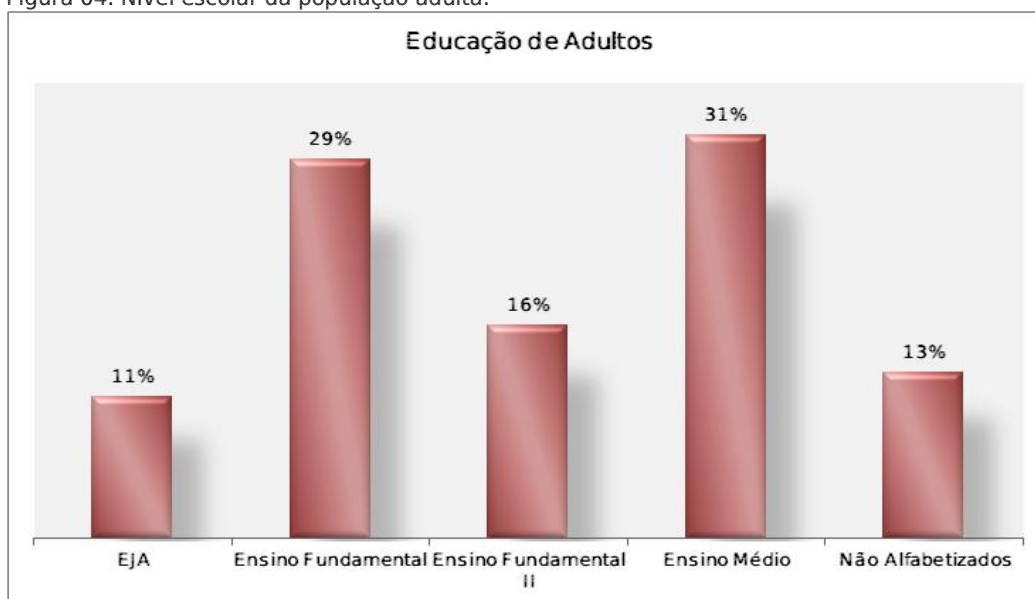
Quanto à escolaridade dos moradores, percebe-se que aproximadamente 30% das crianças e adolescentes cursam entre a educação infantil e o ensino médio. Já em relação aos adultos, a maior parte cursa o ensino fundamental I e o ensino médio, com 29% e 31% respectivamente. Quanto ao ensino superior, existem 02 (duas) pessoas que já concluíram e outras que pretendem iniciar algum curso.

Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, o gráfico demonstra a escolaridade da população adulta:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.

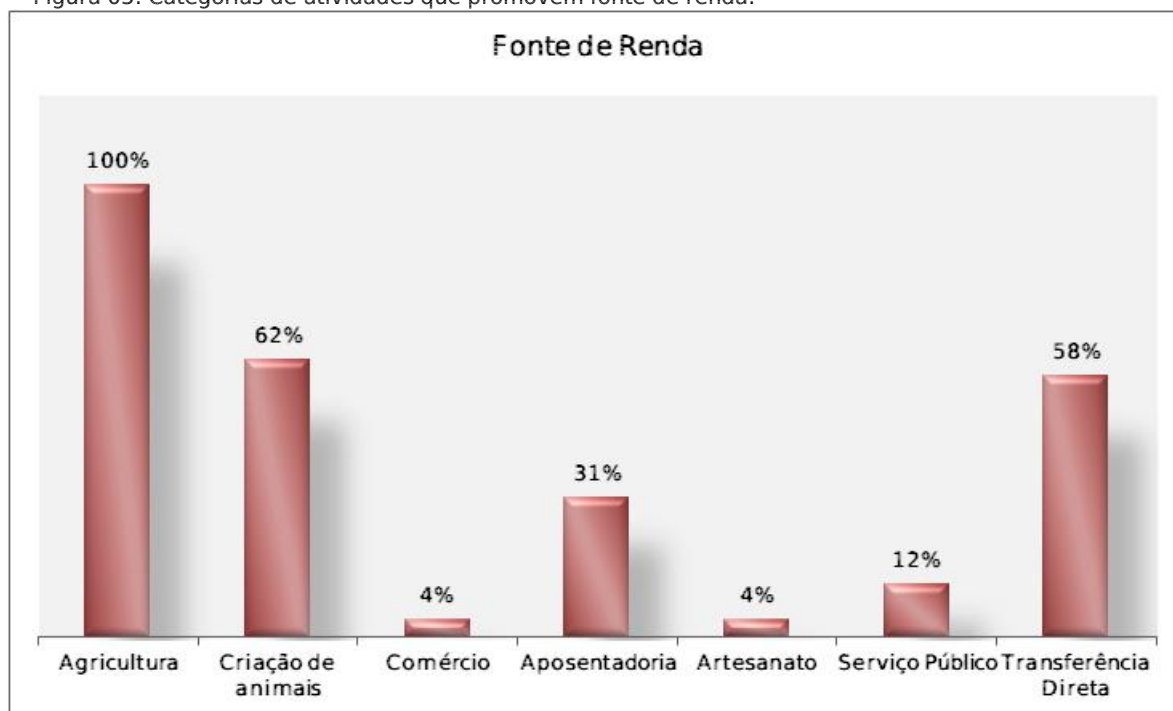


Fonte de Renda

A agricultura e a criação de animais de pequeno e médio porte representam as principais fontes de renda da comunidade, seguidas pelos programas de transferência direta e aposentadoria. Todas as famílias da comunidade produzem algum tipo de gênero agrícola. A produção é voltada para o sustento das famílias, e quando há excedente, este é comercializado na feira do município de Cabrobó.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Cruz dos Riachos:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

Os moradores da comunidade quilombola Cruz dos Riachos prezam pelas danças tradicionais e pela religiosidade com os novenários e grupos religiosos formados na comunidade, como o Terço dos Homens e o Terço das Mulheres. A comunidade faz referência aos novenários e a ladainha cantada em latim, apesar de não dominar o idioma, os moradores desejam resgatar essa tradição. Costumam realizar o novenário entre os dias 15 a 26 de setembro, e geralmente, ao final festejam com uma comemoração aberta para outras comunidades, assim além da confraternização conseguem uma renda extra.

Antigamente celebravam Santa Catarina, mas, a partir de 1995, São Cosme e Damião se tornaram os padroeiros de Cruz dos Riachos e a capela recebeu o nome dos dois santos.





Foto 05. Capela localizada na comunidade de Cruz dos Riachos, construída pelos moradores.

As danças culturais são animadas com a presença de sanfoneiros, que tocam tanto a dança do coco e como o forró pé de serra. O final de ano também é comemorado com danças. As pessoas mais idosas incentivam os mais novos a manter essas tradições viva e a transmitir sempre às novas gerações.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Há significativa participação dos comunitários na Associação Quilombola da Cruz dos Riachos (AQCR), em grupos religiosos e no Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cabrobó.

O Conselho, ligado à Prefeitura Municipal de Cabrobó, recebe apoio do ProRural e reúne também representantes de outras comunidades quilombolas, etnias indígenas, reassentados, associação de bairros e outros. Financia projetos, por meio de fundo perdido do governo, do município ou de parceiros de outros países que visam o desenvolvimento local. Por meio dessa parceria, a comunidade de Cruz dos Riachos viabilizou a aquisição de um trator e, como contrapartida, construiu um galpão para guardá-lo.

Segundo os moradores, a participação da comunidade nestes espaços potencializa a comunicação e a interação comunitária.

Regularização Fundiária

A comunidade é certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. No entanto, a aceitação da identidade quilombola não é consensuada na comunidade, fato que pode dificultar o processo de regularização fundiária durante a fase de elaboração de relatórios antropológicos.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local



A comunidade possui articulação e parceria com algumas instituições como o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), com assistência técnica na agricultura e criações; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no processo de regularização do território; Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ministério da Integração Nacional (MI), com o projeto de construção/substituição das casas de taipa por alvenaria e a construção dos banheiros; Prefeitura Municipal de Cabrobó, que disponibiliza transporte escolar e água encanada; Secretaria Municipal de Educação, na gestão escolar; Secretaria Municipal de Ação Social, atuando nos projetos sociais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabrobó e Sindicato Rural da Agricultura Familiar, com auxílio em projetos e benefícios relacionados à produção.

Entretanto, os moradores sentem a necessidade de estarem inseridos em mais programas sociais e de desenvolvimento da comunidade. Para eles, as maiores dificuldades encontradas estão relacionadas à burocracia nos financiamentos, a morosidade com o processo de regularização do território e conclusão de projetos.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

A comunidade de Cruz dos Riachos limita-se ao norte com a fazenda do Sr. Antônio Nogueira, ao sul com a rodovia federal BR-483, a leste com a rodovia federal, a BR-116, e a oeste com a fazenda do Sr. Pompeu Gonçalves.

A seguir, imagens representando comunidade:



Foto 06. Sede da Associação Quilombola da Cruz dos Riachos, utilizada como depósito e banco de sementes.



Foto 07. Principal núcleo habitacional de Cruz dos Riachos.

Cruz dos Riachos é constituída por 28 (vinte e oito) moradias, distribuídas em dois núcleos residenciais, uma sede para a associação de moradores (utilizada para outros fins), uma capela e uma escola. A capela encontra-se na entrada da comunidade e seu espaço também é utilizado para reuniões da associação local e atividades diversas.

Na comunidade encontram-se dois açudes. Um de menor porte, com características de 'barreiro' e próximo à capela, e a barragem João Paulino Gomes, localizada próxima ao



riacho Grande. A barragem também é utilizada para a pesca em períodos de maior vazão, entretanto, o intenso período de estiagem dos últimos anos fez com que a lâmina d'água diminuísse significativamente, causando a mortandade dos peixes.

Em relação às práticas agrícolas, são realizadas tanto em uma área extensa e coletiva como nos quintais. Neste caso, somente seis casas utilizam esse espaço para o plantio, principalmente de frutíferas com predominância do mamão e da acerola. Geralmente, no plantio em quintal, utilizam como adubo o esterco tratado, como no caso de hortaliças e frutíferas. Os moradores explicaram que, atualmente, não cultivam em áreas extensas devido à falta de água.

Nas terras extensas, utilizadas para agricultura, é comum o uso de adubos, que podem ser tanto orgânico como químico, mas a maioria dos moradores utiliza adubos químicos e apenas uma família utiliza adubo orgânico. Em relação aos pesticidas, a maior parte das famílias utiliza agrotóxicos para combater as pragas, e somente uma família faz uso de pesticida natural elaborado a partir de plantas nativas da região.



Foto 08. Mortandade de peixes na barragem João Paulino Gomes, durante o ano de 2012.



Foto 09. Açude menor, ao fundo, próximo ao principal núcleo habitacional de Cruz dos Riachos.

Expectativas da Comunidade

A comunidade almeja pelo aprofundamento e compreensão de alguns temas, como:

- Elaboração de projetos;
- Recuperação de mata ciliar com espécies nativas;
- Desertificação e degradação do solo;
- Atividade física para a 'melhor idade';
- Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) quilombola;
- Curso de formação de dirigentes;
- Manejo do solo;



- Tratamento de doenças de animais de pequeno e médio porte;
- Uso seguro e correto de agroquímicos;
- Formação e manejo de pastagem.

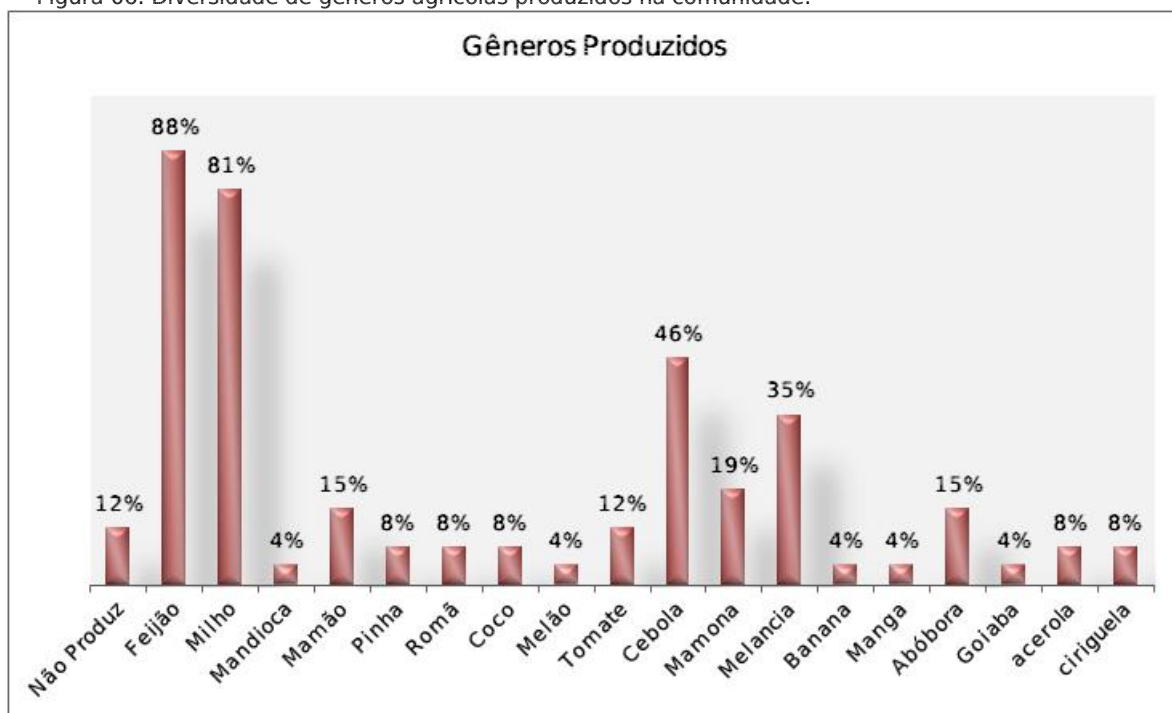
Arranjos Produtivos

Em relação aos produtos cultivados, 100% das famílias praticam a agricultura, e grande parte cria animais de pequeno e médio porte. Como citado anteriormente, essas atividades contribuem diretamente para o sustento das famílias e o excedente é comercializado. Os moradores passaram a ter na agricultura, no artesanato e na criação de animais em pastos e quintais, suas principais fontes de subsistência. Organizam-se em núcleos familiares, em que cada um possui um grupo de famílias, cuja produção e consumo são coletivos. Da mesma forma funciona quando se trata da busca por parcerias externas, como capacitações, aração de terras, projetos ou manutenção das estradas, com a comunidade se organizando coletivamente.

Os gêneros agrícolas variam desde o plantio do feijão e o milho, culturas mais difundidas na região, seguidos pela cebola e a melancia, e em menor percentual as frutíferas. A maioria das famílias não comercializa sua produção, e quando isto ocorre, os gêneros mais vendidos são a cebola, a melancia e o feijão em períodos de chuva.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola em relação com o percentual de famílias:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



Quanto à criação de animais na comunidade, os principais são: galinha, porco, bode e ovelha. Praticamente metade das famílias informou que a criação desses animais tem como objetivo a comercialização, sendo as ovelhas as mais vendidas e, posteriormente, os bodes, as galinhas e ovos. Geralmente esses animais ficam soltos em meio à comunidade e à Caatinga, mas, em alguns casos, quando são filhotes costumam mantê-los presos em cercados próximos às casas.

A comercialização, seja de animais ou dos produtos, geralmente é realizada nas feiras locais do município de Cabrobó, com exceção das melancias que são vendidas para atravessadores que vão à comunidade e compram em grande quantidade.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.

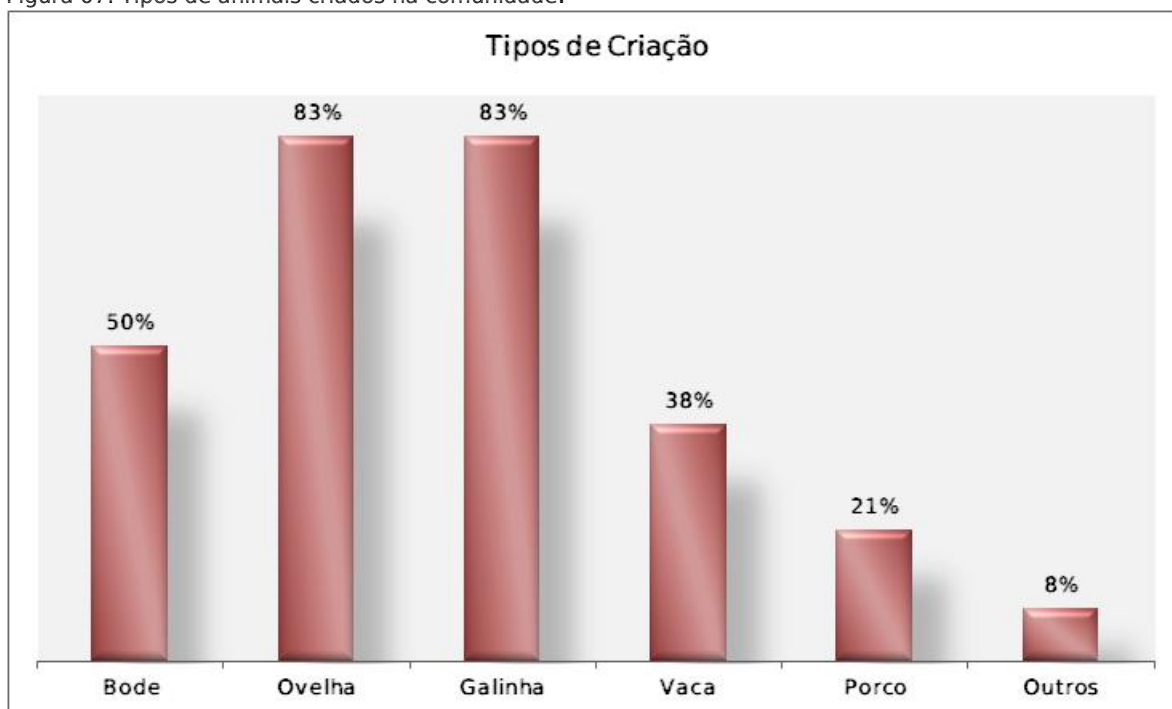


Foto 10. Caprinos pastando em áreas coletivas da comunidade.



Foto 11. Criação de animais próxima à residência.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Em fevereiro de 2012, a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) instalou o sistema de abastecimento de água em Cruz dos Riachos, no entanto, em épocas de estiagem prolongada, as famílias recorrem a outras fontes de abastecimento, como: açudes, cacimbas, cisternas e carros pipa. Em alguns casos, a distância para coleta de água chega a 3 (três) quilômetros e o percurso é realizado a pé com potes de água na cabeça ou com o auxílio de animais.



Foto 12. Cisternas com sistema de captação de água da chuva.

A barragem João Paulino Gomes, cujo nome faz referência ao morador mais idoso e líder da comunidade, é considerada pelos moradores como símbolo de organização comunitária, pois a partir de reivindicações conseguiram sua instalação por meio de parceria entre a Prefeitura Municipal de Cabrobó e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

- Efluentes Domésticos

Vale destacar que na comunidade não existe rede de efluentes domésticos, e apenas nas 9 (nove) casas em construção, por meio de parceria entre Ministério da Integração Nacional (Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do PISF) e FUNASA, existem banheiros e fossas sépticas com sumidouros. Em quatro residências, os próprios moradores construíram fossas negras para os efluentes do vaso sanitário.

- Coleta e Destinação do Lixo

Sabe-se que não há coleta, disposição, nem acondicionamento adequados dos resíduos sólidos gerados na comunidade. É comum encontrar resíduos jogados a céu aberto, na beira dos riachos e açudes. A maioria das famílias realiza a queima dos resíduos, e



pequena parte relatou que além de queimar, ainda espalham pelo terreno. Apesar disso, alguns resíduos são reaproveitados, principalmente os de origem orgânica, que são utilizados para alimentação dos animais. As garrafas tipo PET são destinadas para armazenamento de grãos de feijão.

Energia Elétrica

O Sr. João Paulino, no início da década de 1990, mobilizou a comunidade, percorrendo a casa de cada morador com objetivo de fazer um levantamento, e encaminhou solicitação de energia elétrica à Prefeitura Municipal de Cabrobó. No ano de 1992, foi concluída a instalação da rede de energia elétrica em Cruz dos Riachos, por meio de parceria entre governos municipal e estadual. Todos os domicílios foram beneficiados com este recurso.

Saúde

A comunidade tem acesso a assistência médica por meio de visitas que ocorrem a cada 3 (três) meses ou quando houver uma demanda maior para atendimentos e solicitação da comunidade. Não há posto de saúde, o atendimento médico é realizado na casa da agente comunitária de saúde (ACS) da comunidade. Apesar do anseio dos moradores por um local apropriado para os atendimentos, o número de pessoas que residem na comunidade não é suficiente para instalação de um posto de saúde, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Cabrobó.

A enfermeira faz visitas a cada 2 (dois) meses, realizando pequenos procedimentos como aferição de pressão, curativos e outros serviços de acordo com as necessidades. A agente de saúde também realiza ações preventivas, relacionadas ao planejamento familiar, alimentação saudável, pré-natal, água para agricultura, cisternas (tratamento de água), forma de organização da comunidade, vacinação, proliferação do barbeiro e resíduos sólidos.

A 8ª Gerência Regional de Saúde (GERES) realizou um programa de combate ao barbeiro, em que as pessoas receberam orientações sobre a captura e a maneira correta de armazená-lo até o envio ao órgão competente. Esse projeto funcionou temporariamente, mas atualmente encontra-se inativo.

O trabalho preventivo promove a união entre os moradores e os serviços de saúde, contribuindo para melhorias na qualidade de vida como produção de alimentos saudáveis, maior conhecimento sobre a saúde, limpeza do ambiente e diminuição de casos de verminoses.

Contudo, a comunidade ainda busca a aquisição de remédios, transporte para o deslocamento dos pacientes, instalação de um posto de saúde, conclusão das obras de construção/substituição das casas de taipa e dos banheiros e profissionais qualificados para a cobertura vacinal contra raiva canina e para borrifar as casas.



Ressalta-se que os moradores também fazem uso frequente de medicamentos caseiros oriundos de plantas da Caatinga.

Educação

Em Cruz dos Riachos, segundo relatos dos moradores, a educação aparece como meio de “libertação”, de ascensão social, de reconhecimento, de valorização e de respeito pelos direitos humanos. A educação representa para as pessoas da comunidade a capacidade de transformação da realidade e de si próprio, e por este motivo, o índice de pessoas matriculadas no ensino regular é tão significativo, alcançando aproximadamente 90% da população.

Assim como a barragem João Paulino, a Escola Municipal Manoel Joaquim de Moraes, que tem esse nome em homenagem ao Sr. Mané Preto, são referenciadas pela comunidade como símbolos de força, união e persistência.

Cabe a Secretaria Municipal de Educação de Cabrobó, a gestão e a responsabilidade em assistir a unidade escolar mencionada, já que a escola não dispõe de gestor escolar no local. Além disso, a Prefeitura de Cabrobó disponibiliza o transporte escolar para atender tanto aos estudantes que moram distante da escola, em média 10 (dez) quilômetros de distância, quanto aos que precisam se deslocar para outras unidades de ensino na sede do município que ofereçam ensino fundamental II e ensino médio.

Observa-se que em Cruz dos Riachos são evidentes algumas dificuldades em relação ao desenvolvimento da educação local, como a falta de formação continuada aos educadores, estrutura física inadequada, como quadra poliesportiva para a prática de atividades esportivas e de lazer. Os moradores sonham com a ampliação da escola, melhor remuneração para os professores, investimentos para as manifestações culturais, educação diferenciada voltada a cultura quilombola e acesso a capacitações e formações continuadas.



Foto 13. Vista frontal da Escola Municipal Manoel Joaquim de Moraes.



Comunicação

Como a comunidade está próxima à sede municipal, o acesso à telefonia celular é regular. Também utilizam a televisão e o rádio para terem acesso a notícias locais. Os moradores também fazem o uso de cartas, bilhetes e recados para se comunicarem.

Alguns moradores possuem carros e motos, meios de transportes que auxiliam na comunicação e no acesso a assistência médica. Para a comunicação interna são realizadas reuniões da igreja e da associação local, sempre que há a necessidade de abordar algum assunto importante ou repasse de informações.

Recentemente foi aprovado um projeto de inclusão digital financiado pelo ProRural, que contempla a aquisição de três (03) computadores e acesso à internet. Como contrapartida, a comunidade disponibiliza um local para a instalação dos equipamentos.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

A comunidade realiza periodicamente a coleta do umbu, fruto nativo da Caatinga, e plantas medicinais para elaboração de medicamentos caseiros. As áreas de entorno do núcleo habitacional são utilizadas para pastagens das criações animais a barragem João Paulino Gomes oferece diferentes espécies de peixes em períodos mais chuvosos, representando fonte alternativa de renda e alimentação para os moradores. A produção de pescado está comprometida nos últimos anos devido ao longo período de estiagem na região.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

Em torno de 95% das famílias entrevistadas recebem ou já receberam algum tipo de assistência técnica relacionada às atividades de produção (plantio e criação de animais), que na maioria das vezes é promovida pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cabrobó.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Cruz dos Riachos é constituída aproximadamente por 33 (trinta e três) famílias, e 122 (cento e vinte e dois) moradores com faixa etária média entre 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos.

Cruz dos Riachos possui uma escola municipal, porém os moradores alegam que a estrutura é insuficiente para atender a comunidade e que faltam investimentos na qualificação dos profissionais e para aquisição de materiais didáticos.



A agricultura representa o sustento de todas as famílias, e assim como a criação de animais de pequeno e médio porte também é fonte alternativa de geração de renda quando há excedente.

Os grupos religiosos e suas atividades relacionadas são considerados símbolos de união entre os moradores, como o novenário e as missas, e contribuem para o fortalecimento da integração local. O Terço dos Homens e o Terço das Famílias são citados como os principais grupos religiosos. As danças regionais e tradicionais para a cultura quilombola também são valorizadas pelos comunitários, promovidas em festas e celebrações pontuais.

A Associação Quilombola da Cruz dos Riachos é responsável direta pela organização e articulação locais, promovendo reuniões, assembleias e atividades diversas.

A comunidade é certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares e seu processo de regularização fundiária encontra-se em trâmite no órgão competente, o INCRA. Atualmente, este processo está na fase de elaboração de relatórios técnicos a partir de levantamento antropológico.

As cisternas, os açudes e as cacimbas são as principais fontes de abastecimento de água da comunidade, assim como carros pipa fornecidos pela Prefeitura Municipal de Cabrobó em parceria com o Exército. A barragem João Paulino Gomes é a principal fonte de água da comunidade, mas encontra-se comprometida devido ao longo período de estiagem.

Em relação aos resíduos sólidos gerados na comunidade, a maior parte é queimada ou enterrada, e o restante é depositado nos terrenos e quintais. A gestão destes resíduos é uma preocupação entre os moradores, que buscam uma solução ambientalmente viável para o problema.

Quanto à saúde local, os moradores são atendidos em postos de saúde e no hospital da sede urbana do município de Cabrobó. A presença de agente comunitário de saúde na própria comunidade facilita a promoção da saúde local, com realização de pequenos procedimentos e campanhas preventivas. Os moradores reivindicam a instalação de um posto de saúde no local, presença mais constante de profissionais especializados, aquisição de alguns medicamentos e um meio de transporte, pois consideram a ausência de um meio de transporte específico como limitações para o atendimento aos moradores.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Cruz dos Riachos promove frequentemente o resgate da história e da identidade enquanto comunidade quilombola e atividades que valorizem estes elementos. As lideranças locais acreditam que o fortalecimento do associativismo aliado ao desenvolvimento da educação e cultura locais promovendo as potencialidades, podendo contribuir para a melhoria na qualidade de vida.

Cabe ressaltar que, apesar de haver discordância entre alguns moradores quanto à identidade quilombola, os relatos da maioria dos moradores entrevistados evidenciam o orgulho em serem considerados como tal. Quanto à origem, histórico de lutas, ocupação do território e modos de produção, as histórias se entrelaçam e constituem a integração comunitária existente atualmente.

Os símbolos históricos e os aspectos da comunidade mais relevantes identificados pelos moradores coincidem e mostram os interesses comuns do grupo bem consolidados, com maior destaque para as estruturas sociais existentes e as que necessitam. A escola e a capela da comunidade são muito valorizadas, e consideradas símbolos da organização comunitária. A capela foi erguida pelos próprios moradores e hoje é o principal espaço social para atividades e reuniões. As casas que foram construídas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em parceria com o Ministério da Integração (MI) representam um marco para os comunitários.

Os moradores relatam estar satisfeitos com a nova configuração e consideram como melhoria para a saúde local, pois contribuem na prevenção da proliferação do barbeiro, causador da doença de Chagas. Anteriormente, a maioria das casas era construída a partir da técnica de taipa. Afirmam ainda a necessidade de uma sede maior para a associação local, pois a que existe possui um tamanho reduzido para a realização de atividades.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco. Tempo e Presença**. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.
- MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.
- SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em: 19/01/2012.
- SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.
- SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011.*
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.
- SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadosbrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>> Acesso em: 16/02/2012.
- ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.
- Escravidão e Resistência em Pernambuco**. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidão.html> Acesso em: 26/03/2012.



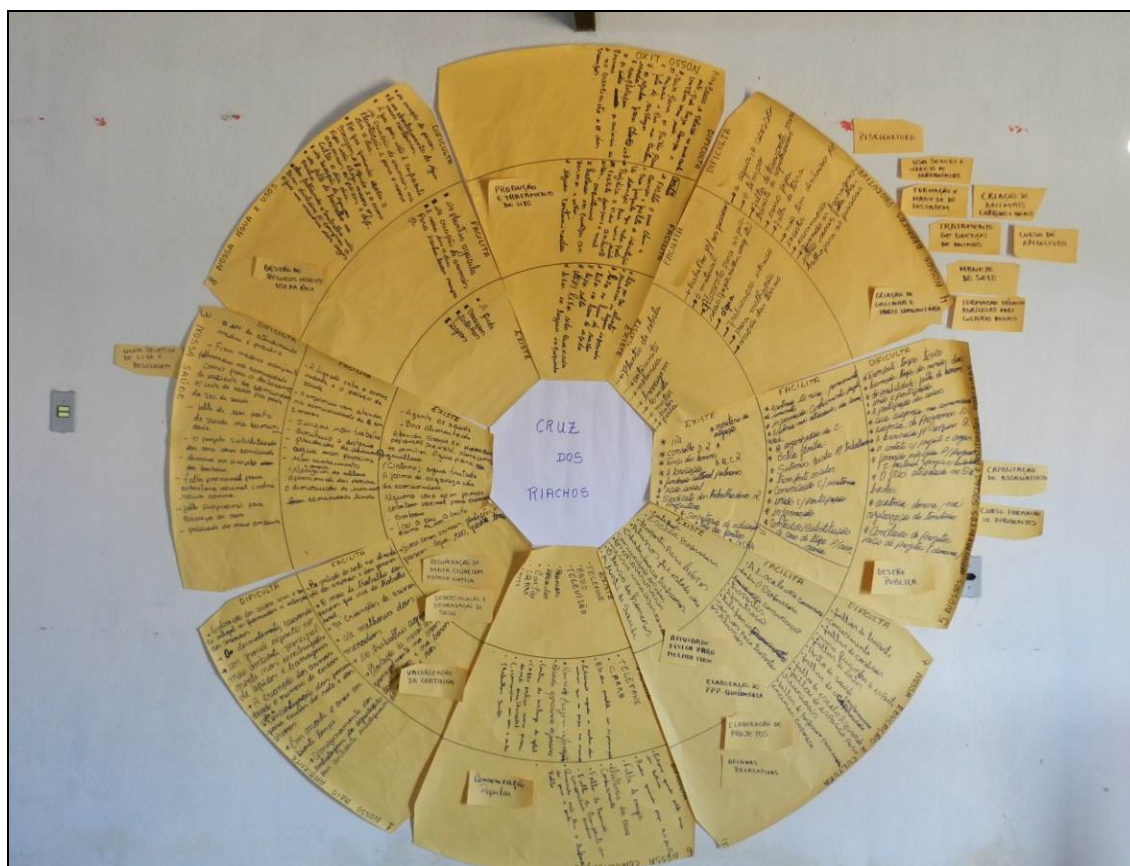
9. ANEXOS

Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II. Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS e USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
Açude, barragem, cisternas e lagoas.	No plantio agrícola, na criação de animais, o dia a dia, banho, lavar roupas e etc.	Na criação de peixes, no abastecimento de água, água insuficiente para criação dos animais, para plantação e para o dia a dia, quando seca a barragem e o açude, o carro pipa não chega morre os animais e os peixes, na lavação de roupas, o trabalho e o dinheiro para comprar água e o banho.
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
Lixo a céu aberto, agrotóxicos em lugares inapropriados, lixo na beira do riacho, lixo na beira do açude, lixos soltos, lixo sendo queimado; lixo em lugares inapropriados.	O mau cheiro e doenças, a intoxicação, cria mosquitos que neles podem vim doenças para nossa saúde, prejudica o meio ambiente, doenças respiratórias e mal estar, bactérias nas criações e outros e água contaminada.	Causa poluição no meio ambiente, ruim para os peixes, animais e pessoas; falta de reciclagem; os açudes ficam enterrados; nas plantações; e o crescimento das crianças.



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Agente de saúde, boa alimentação, a função básica como prevenção, pré-natal, planejamento família, água para agricultura, cisterna (água tratada), a forma de organização da comunidade, alguma casa com falhas, cobertura vacinal para crianças, barbeiro, lixo a céu aberto e queima do lixo.</p>	<p>A ligação entre a comunidade e o serviço de saúde, a enfermeira atende na comunidade de dois em dois mês, surgiu mais trabalho, diminuiu a distância, produções de alimentos, água mais próxima, mais conhecimento e resgate, valorização da cultura, aproximação das pessoas, a diminuição de verminoses e a comunidade limpa.</p>	<p>O número de atendimento médico é pequeno, falta de remédio na comunidade, falta de carro para deslocamento de paciente da comunidade, falta de um posto de saúde na comunidade, projeto substituição das casas ser concluído, demora no projeto dos banheiros, falta profissional para a cobertura vacinal contra raiva canina, falta profissional para borrifar as casas e poluição do meio ambiente.</p>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Árvores, casas, animais, plantações, pessoa, água, rio, peixes e terra.</p>	<p>Na proteção do solo, na alimentação dos animais e das pessoas, no meio de trabalho das pessoas que vivem do trabalho rural, na criação de animais, na melhoria das moradias, no trabalho agrícola, na plantação de várias árvores principalmente nas áreas desmatadas e na beira dos riachos e dos rios.</p>	<p>A exploração das árvores com o corte integral, as queimadas, a extensão dos animais, o desmatamento causando um grande impacto no meio ambiente principalmente nos açudes e barragens, na criação dos animais devido ao número de cercas, a falta de conscientização das pessoas para cuidar do solo e das árvores, em manter o meio ambiente limpo, armazenamento das embalagens dos agrotóxicos em ambiente inadequado.</p>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Catequese, escola, professores, transporte escolar, danças tradicionais, os novenários, missa uma vez por semana, o terço dos homens e agente de saúde.</p>	<p>A escola na comunidade, as professoras, a comunicação, transportes, administração, telefones, carros para transportar os alunos.</p>	<p>Falta de transporte, falta de conhecimento, falta de condições, uma quadra de esporte, falta de lazer, posto de saúde, falta de compromisso, falta de escola ampliada, falta de espaço para reuniões e falta de professor para ensinar capoeira.</p>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Telefone, rádio, televisão, reuniões, recados, cartas, carro e moto.</p>	<p>Rádio facilita a informação, a televisão ajuda, a saber, das coisas que passam no mundo, as reuniões trazem informações, recado aproxima as pessoas, projeto de centro de inclusão digital, carro para levar as pessoas doentes ao hospital, se comunica um com o outro e trabalhar juntos.</p>	<p>O telefone quando falta área ou bateria, rádio quando faltam pilhas, falta de energia, distância das casas, falta de conhecimento, falta de reunião, falta de transporte próprio da comunidade e quando não tem transporte vamos para pista.</p>



NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>IPA, conselho D. R, terço dos homens, a associação, fundação cultural palmares, ação social, sindicato dos trabalhadores rurais, prefeitura, secretaria de educação, terço das famílias, INCRA e o Ministério da Integração.</i></p>	<p><i>Assistência técnica com fornecimento de sementes, informação, conhecimento e projetos, assistência nas atividades da comunidade, a organização da comunidade; bolsa família, cisternas auxílio para os trabalhadores, transporte escolar; comunicação com a secretaria, união com participação, informação e construção/substituição de casas de taipa para alvenaria.</i></p>	<p><i>Transporte: tempo, técnico; locomoção: tempo das reuniões; disponibilidade: falta de homens da comunidade; união e participação, participação dos sócios, sua ausência na comunidade, ausência de programas sociais, burocracia para adquirir bens, o contato com projetos e órgãos, formação específica para quilombola, o frio: nas atividades do sábado; assistência: demora na regularização do território e conclusão de projetos.</i></p>

NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Plantio de cebola, artesanato, melancia, barragem, tomate, motor, trator e pesca.</i></p>	<p><i>Trabalho para as pessoas, o material, alimento para as pessoas (feijão, milho, arroz), água, fabricação de estradas, para irrigar e aração das terras.</i></p>	<p><i>Água, o acesso, o tempo, falta de transporte para transporte de agrotóxicos, carro pipa, falta de terra, não tem dinheiro para investir, encanações e quando as barragens estão secas falta trabalho para as pessoas.</i></p>



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

